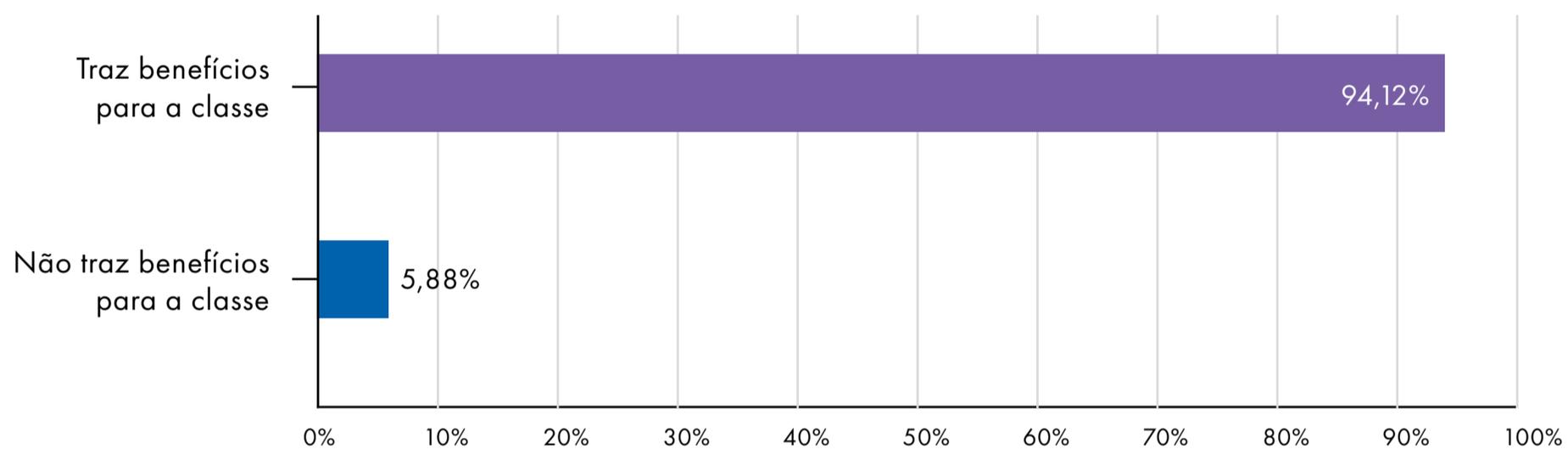


RESULTADOS E ANÁLISE PESQUISA DE OPINIÃO

MOVIMENTO
VIVA

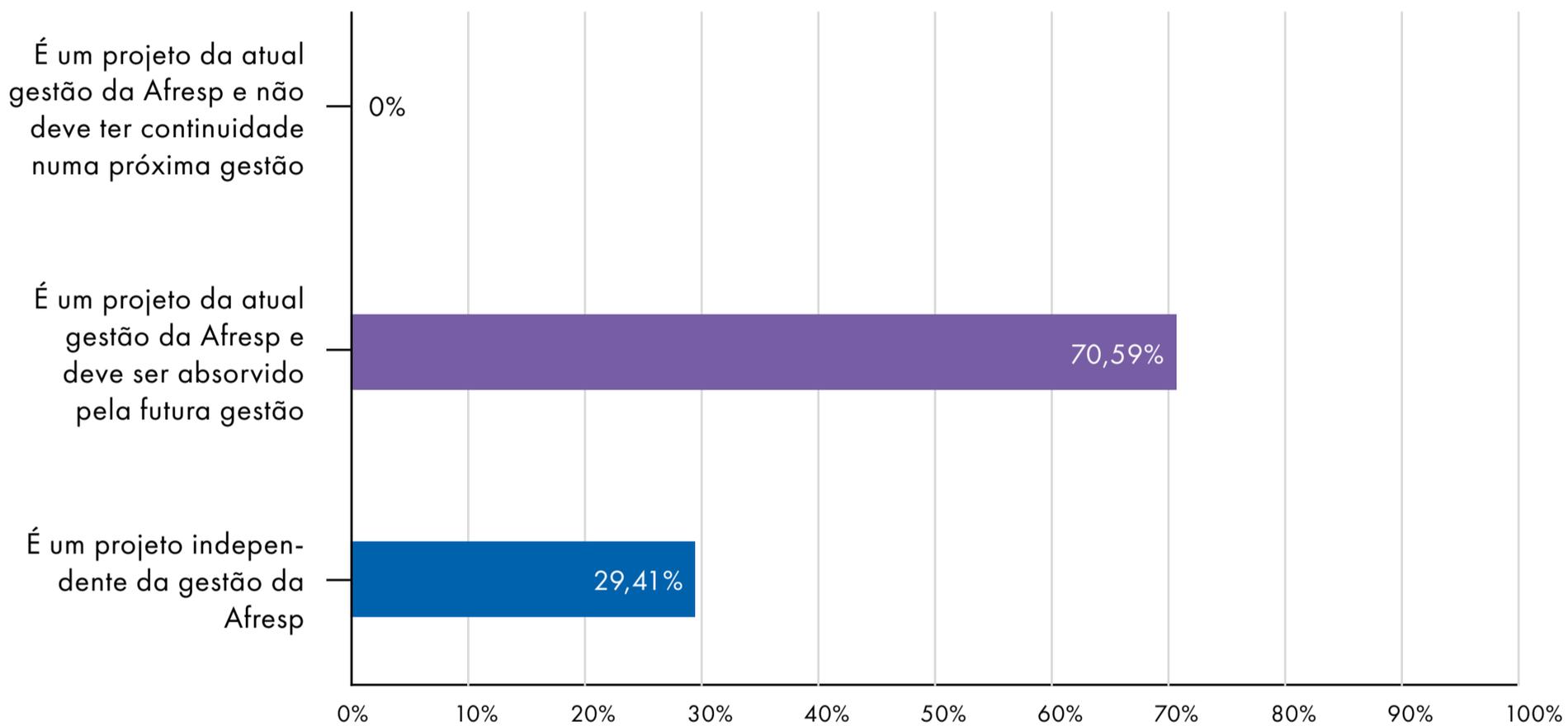
PERGUNTA 1

○ Movimento Viva:



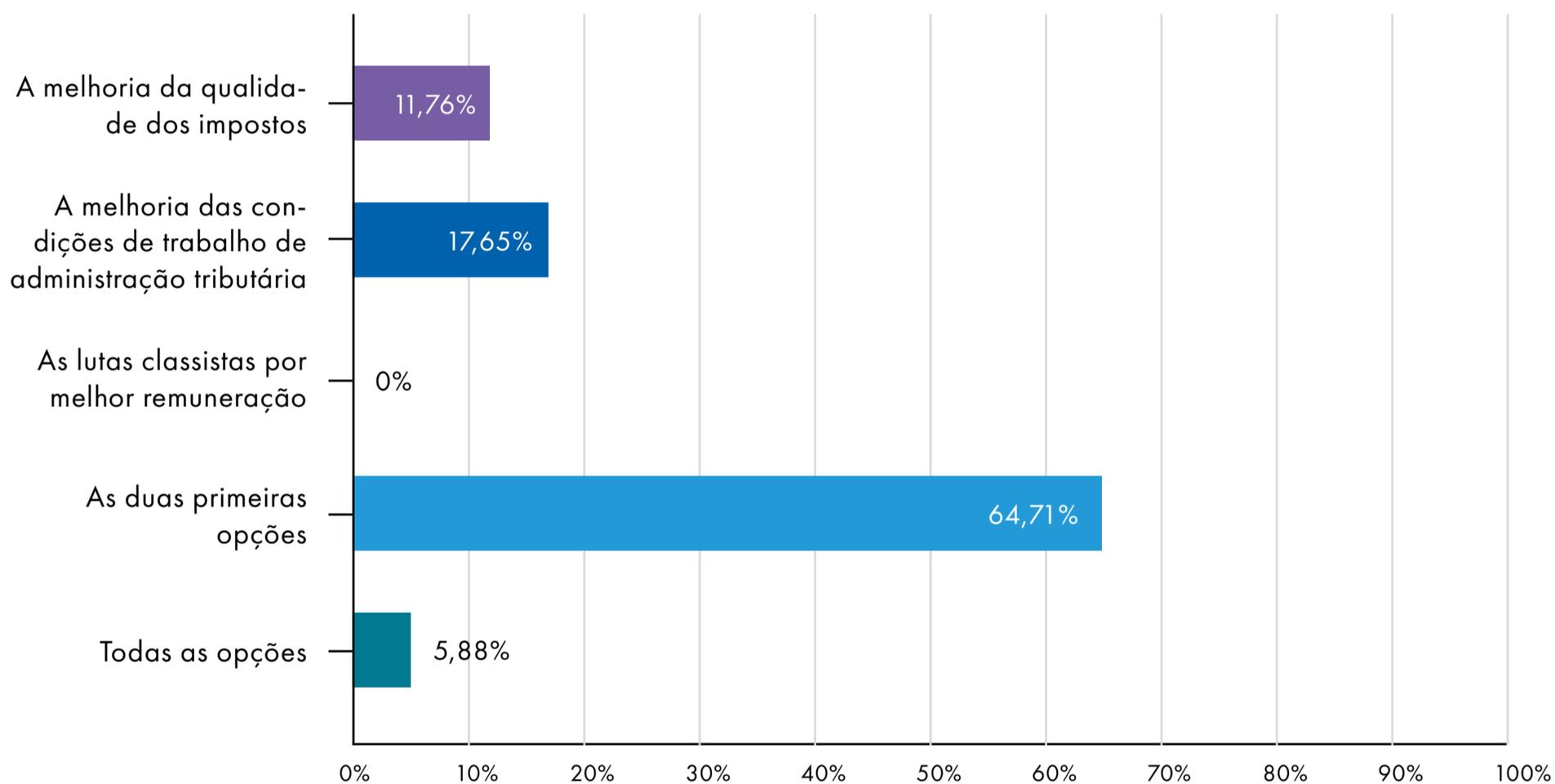
PERGUNTA 2

○ Movimento Viva:



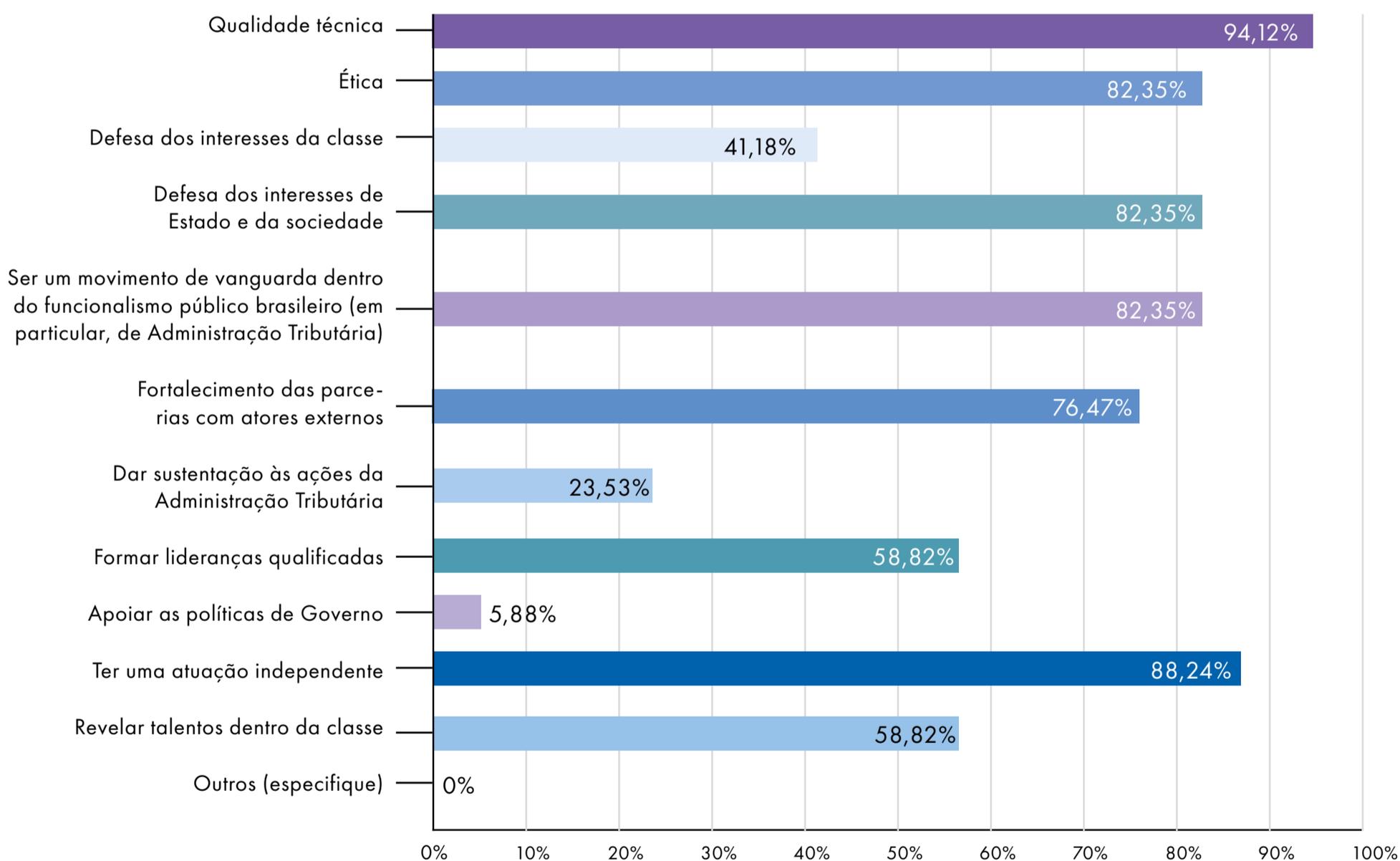
PERGUNTA 3

No seu modo de entender, a principal frente de atuação do MovimentoViva deveria ser:



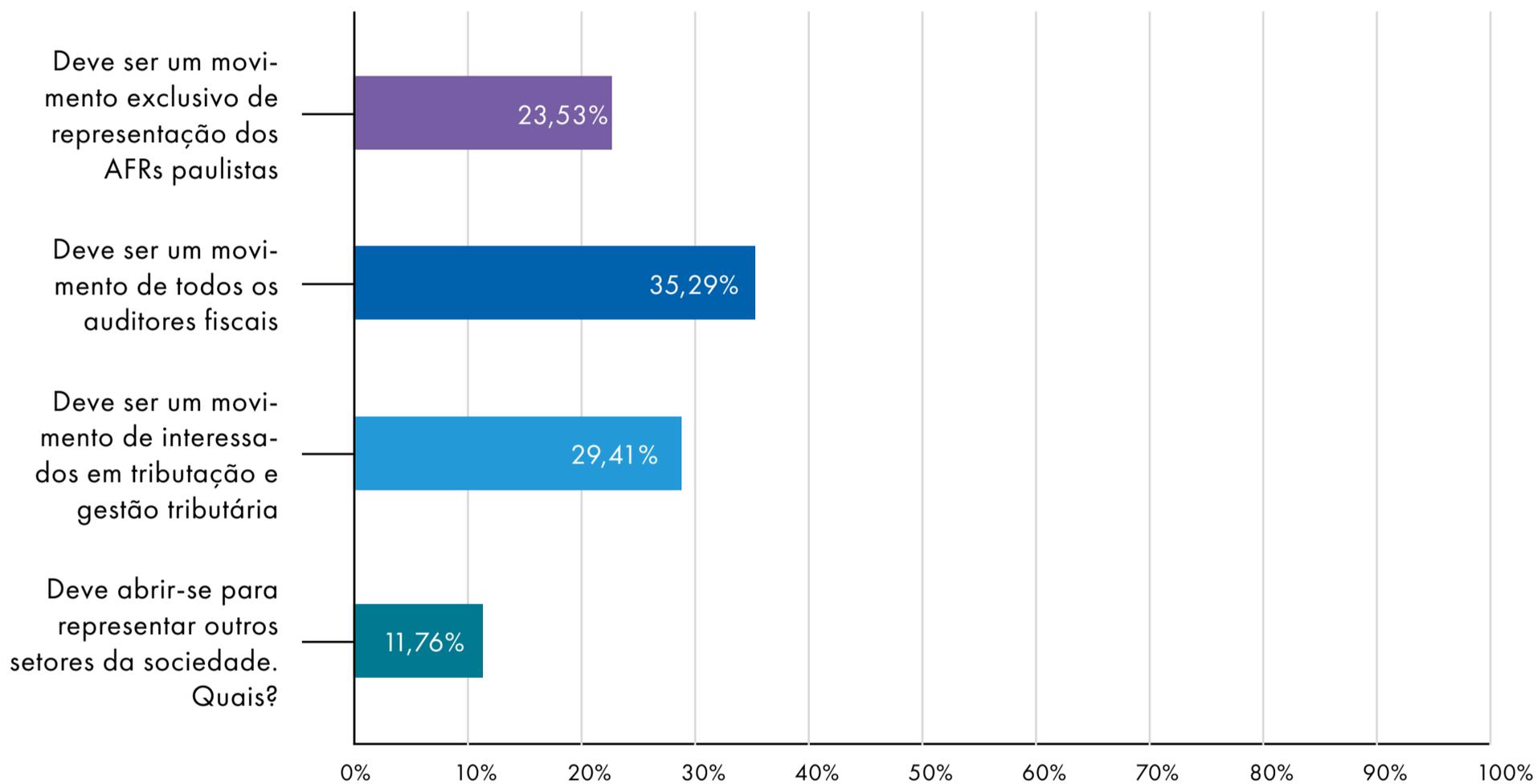
PERGUNTA 4

Para você, quais são os princípios em que as ações do Movimento Viva devem se basear:



PERGUNTA 5

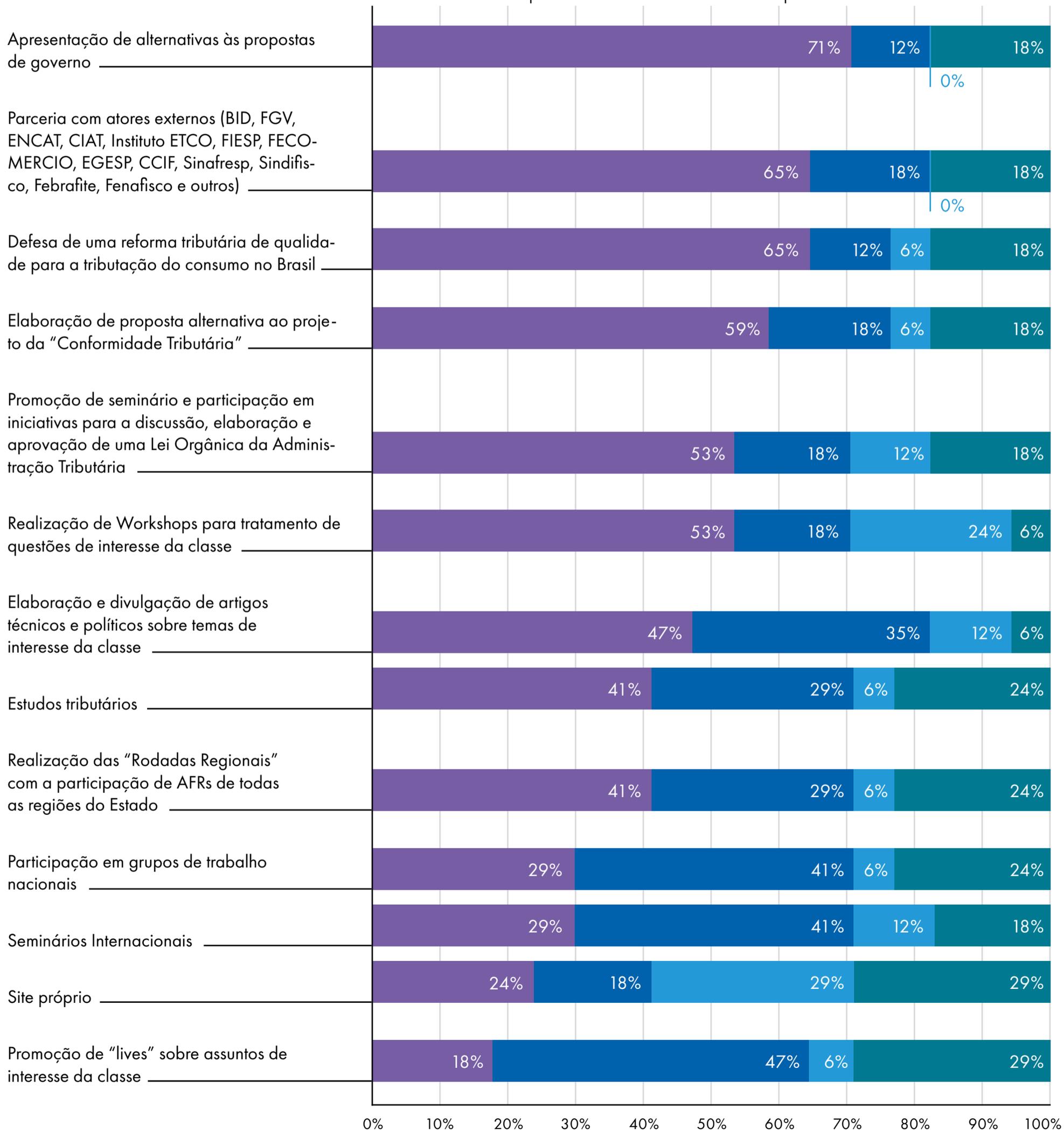
Na sua opinião, o Movimento Viva:



PERGUNTA 6

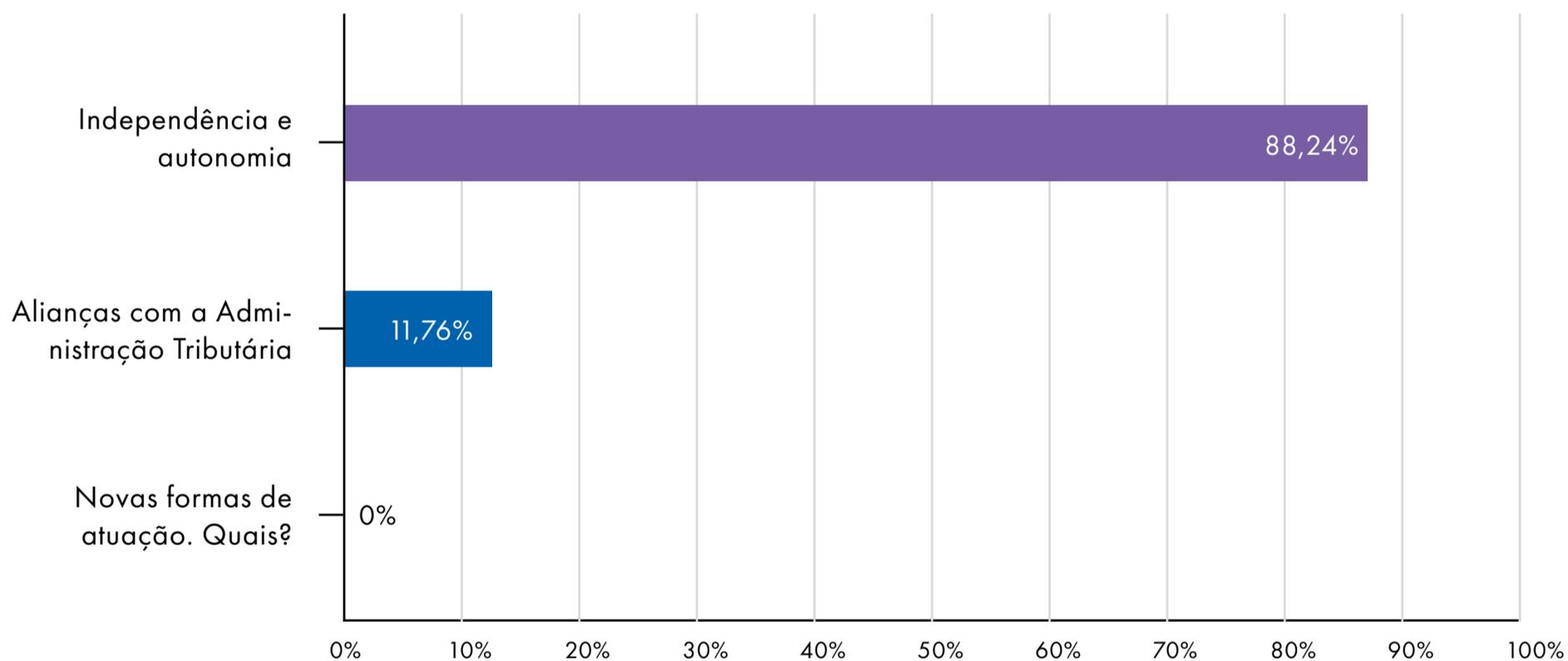
Das atividades promovidas pelo Movimento Viva, quais foram as mais importantes? (Relacionar dando pesos, sendo "A" = muito importante, "B" = importante, e "C" = moderadamente importante):

Legenda: ■ Muito importante ■ Importante ■ Moderadamente importante ■ Não respondido



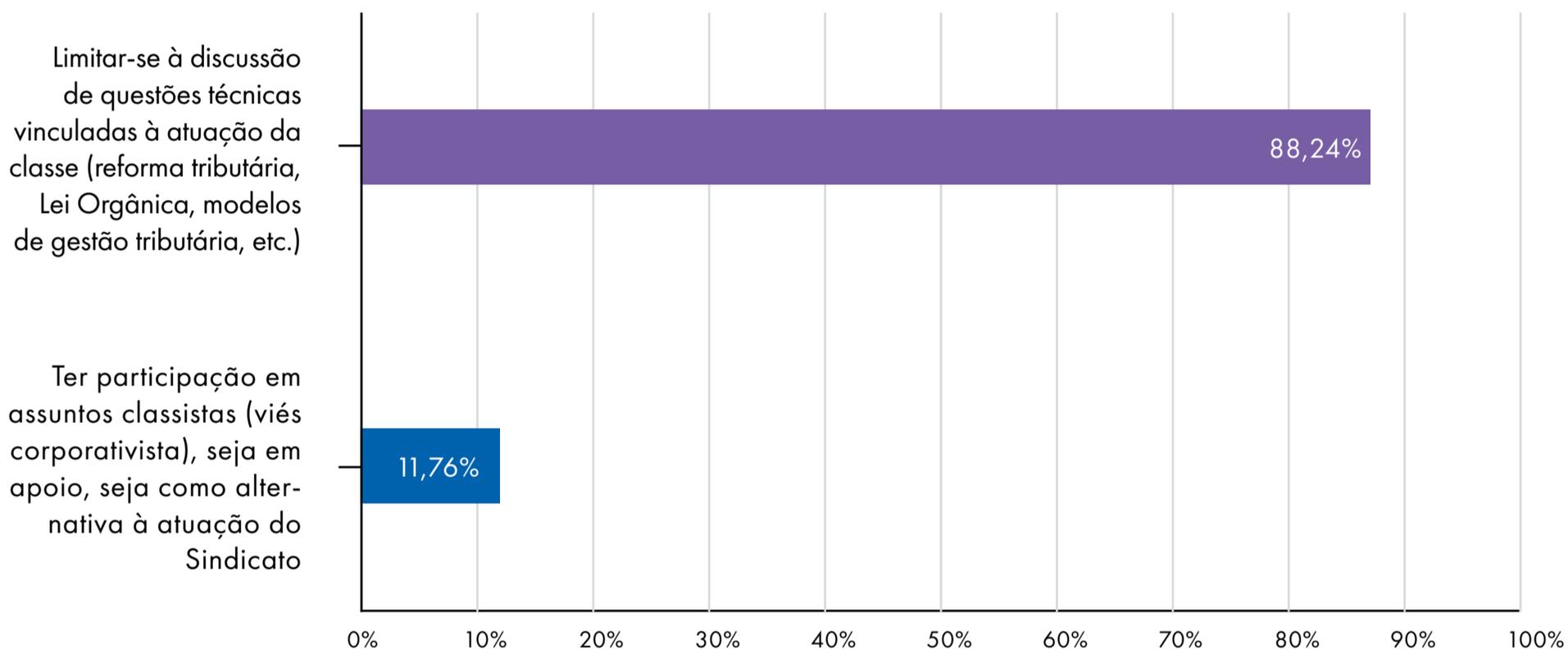
PERGUNTA 7

Do ponto de vista das estratégias de atuação, o Movimento Viva deveria priorizar:



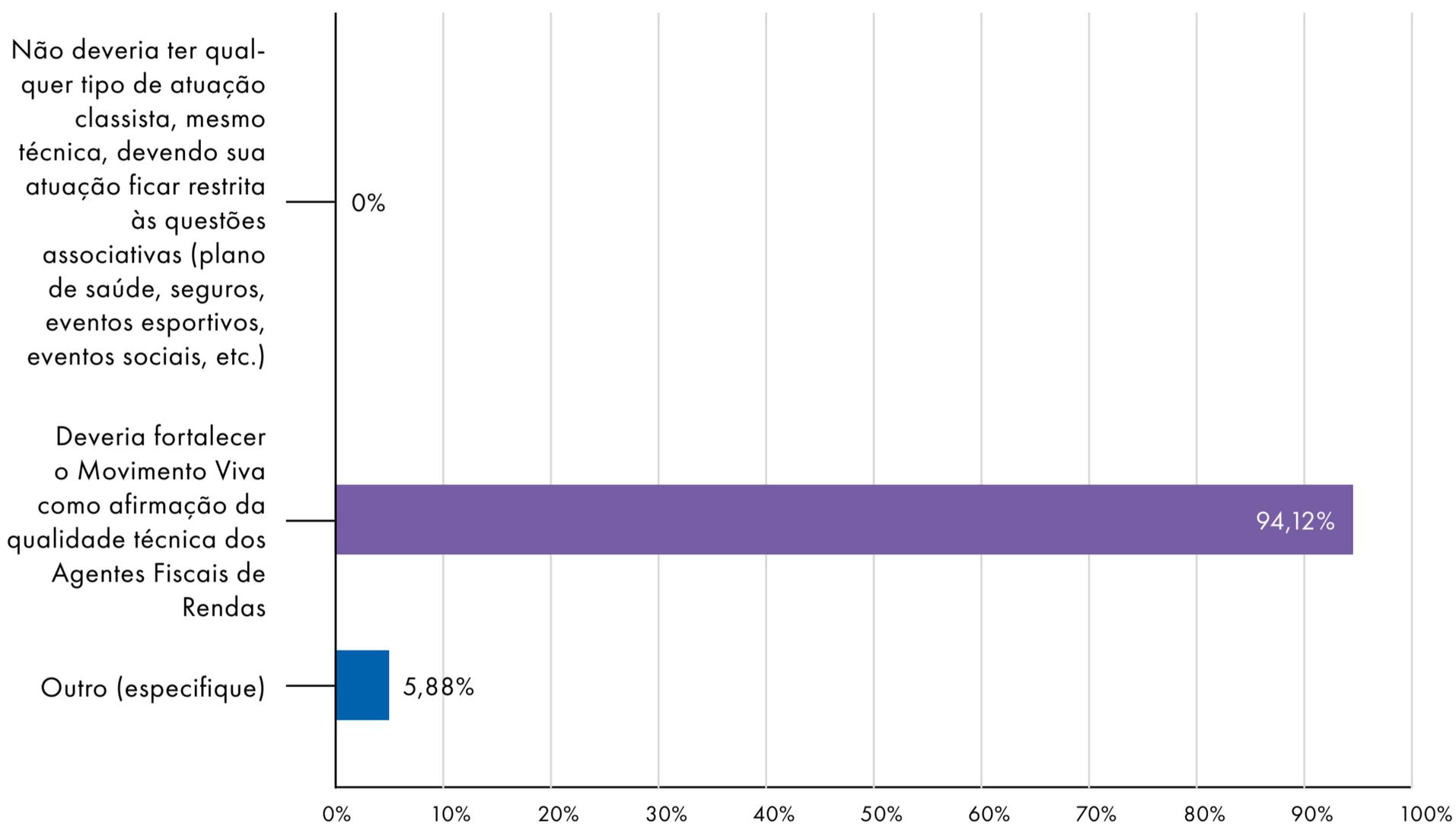
PERGUNTA 8

Na sua opinião, o Movimento Viva deve:



PERGUNTA 9

Na sua opinião, a Afresp:

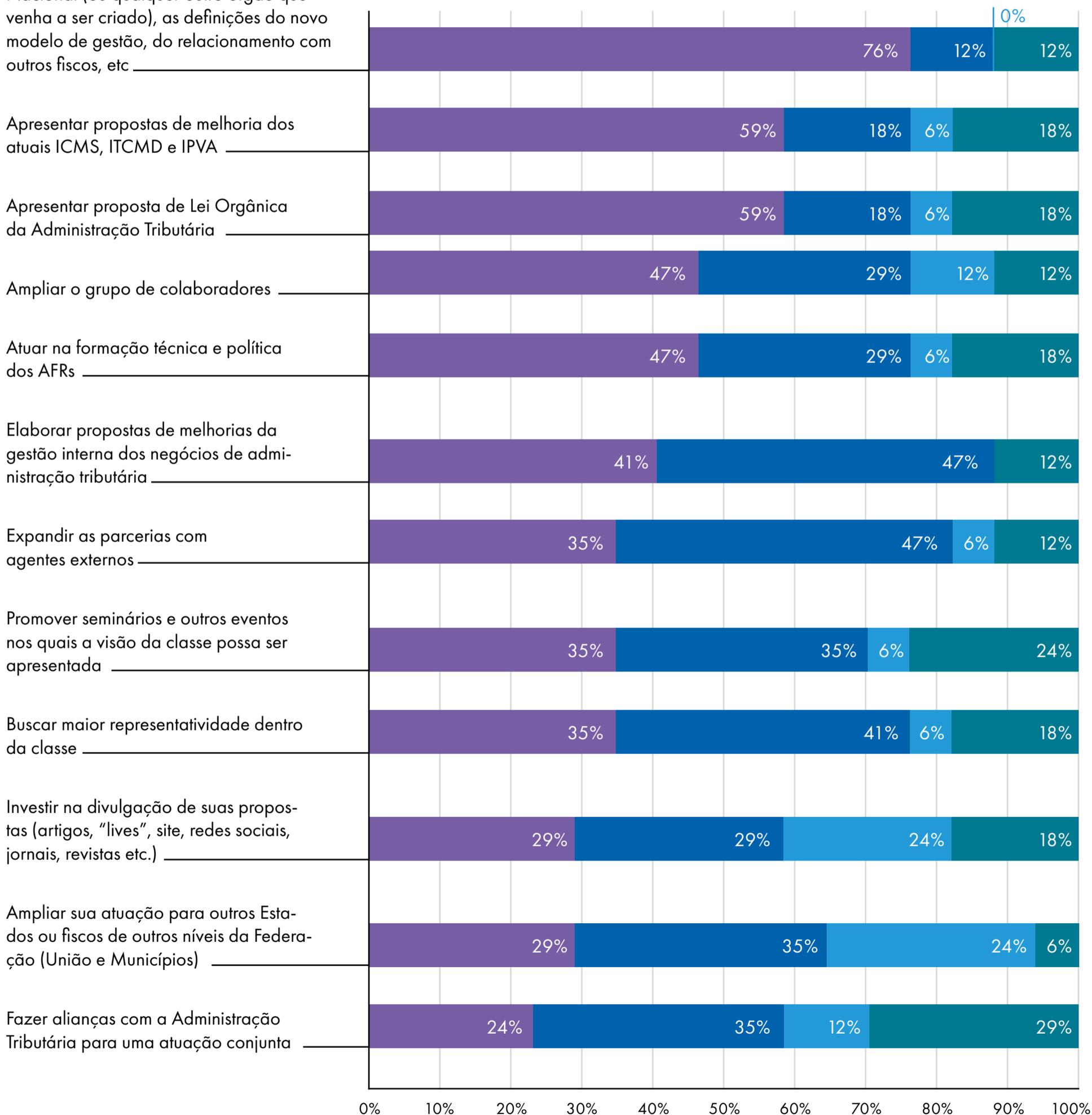


PERGUNTA 10

Quais deveriam ser as prioridades para o Movimento Viva para o próximo ano? (classifique por ordem de importância: "A" = muito importante; "B" = importante; "C" = moderadamente importante):

Engajar-se nas discussões sobre a reforma tributária e na criação da Agência Tributária Nacional (ou qualquer outro órgão que venha a ser criado), as definições do novo modelo de gestão, do relacionamento com outros fiscos, etc

Legenda: ■ Muito importante ■ Importante ■ Moderadamente importante ■ Não respondido



PESQUISA DE OPINIÃO

Em 2015, a Afresp iniciou um trabalho de estudos visando à identificação da pior crise pela qual já passou o fisco paulista, crise essa que se estende até o momento atual. Para isso, foram iniciadas, simultaneamente, duas frentes de trabalho: uma primeira formada por algumas das maiores autoridades do país em tributação, dentre eles, Bernard Appy, Clóvis Panzarini, Eurico de Santi, Fernando Rezende, Isaías Coelho e Nelson Machado. O objetivo era fazer um diagnóstico da tributação de consumo no país e fornecer elementos para uma análise da forma como as distorções desse modelo afetavam a própria administração tributária do Estado, podendo constituir-se uma das causas para a referida crise. Um outro grupo de trabalho, formado exclusivamente por AFRs, dispôs-se a examinar as possíveis causas estruturais que levavam o fisco paulista à situação em que estavam.

Do resultado desse trabalho surgiram propostas que levaram a Afresp a solicitar à Administração Tributária autorização para a realização de sete Rodadas Regionais, nas quais AFRs se inscreveriam para discutir o mapeamento proposto pelo grupo de trabalho. Nessas Rodadas reuniram-se em diferentes Delegacias Regionais Tributárias do estado mais de 250 AFRs, que validaram as conclusões do trabalho e elegeram representantes para sua continuidade e aprofundamento.

Desse trabalho, resultou o Movimento Viva, em cuja raiz inscreve-se a necessidade de uma reforma tributária da tributação sobre consumo no país, reconhecendo os danos causados pelos desajustes do ICMS para a própria Administração Tributária e para a classe fiscal.

Neste momento, em que a atual Diretoria Executiva da Afresp aproxima-se do final do seu segundo mandato, julgou-se oportuno consultar AFRs membros participantes do Movimento Viva para que respondessem a 10 perguntas através das quais poderiam manifestar livremente suas opiniões a respeito dos trabalhos executados e da conveniência, ou não, de sua continuidade, apontando, se fosse o caso, prioridades para trabalhos futuros.

O que se faz aqui é uma avaliação dos resultados dessa pesquisa que, se por um lado, é restrita em relação ao número de AFRs, é ampla com relação à qualidade das respostas, uma vez que se trata de um grupo de pessoas que conhece os trabalhos “por dentro”¹.

¹ Afora o Grupo de Coordenação, nenhum dos membros do Movimento Viva foi indicado pela direção da Afresp. Todos inscreveram-se nas Rodadas Regionais por livre iniciativa, ou foram indicados por seus colegas AFRs para representá-los nos fóruns criados a partir dessas Rodadas, muitos deles tendo participação na Diretoria do Sinafresp, ou no Conselho Deliberativo.

ANÁLISE

1. Avaliação geral

Uma das questões colocadas, a **Pergunta 9**, diz respeito à avaliação que os entrevistados fazem, não propriamente do Movimento Viva, mas sim da atuação da Afresp, como associação de AFRs. Perguntados se a Afresp deveria limitar sua atuação às atividades associativas (plano de saúde, seguros, eventos esportivos, sociais e culturais), 94,1% responderam que a Afresp deveria fortalecer o Movimento Viva como afirmação da qualidade técnica dos Agentes Fiscais de Rendadas, enquanto 5,9% indicaram que a Afresp deveria ter outro tipo de atuação, sem especificar, no entanto, qual seria essa.

Todos os AFRs que responderam à pesquisa entendem que o Movimento Viva deve ter continuidade, mesmo depois de encerrada a atual gestão da Afresp. Desses, 29% entendem que essa continuidade deve se dar de forma independente da gestão da Afresp (**Pergunta 1**). Na mesma direção, 94% dos entrevistados entendem que o Movimento trouxe benefícios para a classe, contra 6% que entendem que não houve benefício (**Pergunta 2**).

Uma questão interessante revelada pela pesquisa é que, apesar de 71% dos entrevistados entenderem que o Movimento Viva deve continuar como um projeto a ser absorvido pela futura gestão da Afresp, apenas 23,5% entendem que ele deve ser exclusivo dos AFRs paulistas. 35,3% entendem que ele deve ser um movimento de todos os auditores fiscais, enquanto os 41,2% restantes entendem que deve ser um movimento aberto para outros setores (interessados em tributação e gestão tributária (29,4%) e outros setores da sociedade (11,8%). Isso significa que a grande maioria dos entrevistados vê no Movimento Viva um canal de expressão da Afresp que representa interesses que não estão restritos aos AFRs associados.

2. Princípios e linhas de atuação

Uma questão relevante é aquela que fala mais de perto a respeito da identidade do Movimento Viva, ou seja, aquilo que deve ser a base de sua atuação e, de algum modo, a forma como ele deve dar-se a conhecer. Dos 11 princípios apresentados aos entrevistados para que escolhessem os que consideram mais relevantes, apenas três foram apontados por menos do que 50% dos entrevistados ("Dar sustentação às ações da Administração Tributária": 24% e "Apoiar as políticas de Governo": 6% e "Defesa dos interesses da classe": 41,2%). Dos demais itens, a "Qualidade técnica" foi indicada por 94% dos entrevistados, "ter uma atuação independente",

teve 88% das indicações, vindo a seguir, a “Ética”, a “Defesa dos interesses do Estado e da Sociedade” e “Ser um movimento de vanguarda dentro do funcionalismo público brasileiro”, todos com 82,4%. Abaixo desses vieram o “Fortalecimento das parcerias com atores externos” (76%) e, por fim, “Formar lideranças qualificadas” e “Revelar talentos dentro da classe”, cada uma das opções indicada como relevantes para 59% dos entrevistados.

As indicações quanto aos princípios a serem observados mostram claramente uma visão dos entrevistados voltada para o interesse público e para uma atuação da classe baseada em princípios éticos e técnicos. Mostram, por outro lado, um distanciamento de uma atuação com viés classista. Isso é confirmado explicitamente na resposta à **Pergunta 8**, onde 88% dos entrevistados indicaram que o Movimento Viva deve “Limitar-se à discussão de questões técnicas vinculadas à atuação da classe”, enquanto para 12%, o Movimento Viva deve “Ter participação em assuntos classistas, seja em apoio, seja como alternativa à atuação do Sindicato”. Evidentemente, o que está em avaliação é a atuação do Movimento Viva e não a necessidade de defesa dos interesses da classe.

Também na resposta à **Pergunta 3**, que pede aos entrevistados que indiquem a principal frente de atuação do Movimento Viva, nenhum deles indicou como alternativa “as lutas classistas por melhor remuneração”, muito embora 6% tenham escolhido a alternativa “todas as opções anteriores”, nas quais a opção das lutas classistas era uma delas. Das demais opções, 12% indicaram “a melhoria da qualidade dos impostos”, 17% optaram pela “melhoria das condições de trabalho de administração tributária”, enquanto que 65% entendem que a atuação do Movimento Viva deve concentrar-se em ambas as opções. Claramente, são essas duas opções que delimitam o campo de atuação do Movimento Viva.

Claramente, os entrevistados mostram não confundir o Movimento Viva com uma atuação de defesa de interesses classistas, o que o diferencia claramente das atividades de caráter sindical.

A atuação do Movimento Viva

A **Pergunta 6** propõe uma avaliação mais detalhada a respeito das ações já promovidas, enquanto a **Pergunta 10** estabelece as prioridades para o futuro².

² Para ambas as perguntas foram dadas três opções ao entrevistado (“A”= muito importante; “B”= importante e “C”= moderadamente importante). A ausência de uma opção “D”= pouco importante prejudicou parcialmente as avaliações, uma vez que a opção por nenhuma das anteriores poderia ser interpretada, tanto como uma indicação de pouca importância, como a indicação de uma impossibilidade de fazer qualquer avaliação. Em todo caso, a opção pela indicação de nenhuma das opções foi interpretada aqui como “pouco ou sem importância”.

Em ambas as perguntas, foi solicitado aos entrevistados que classificassem as alternativas em ordem de importância. Para efeito de análise, as alternativas propostas poderiam ser reunidas de acordo com os quatro grupos que identificamos, sendo eles:

- Grupo 1 – Soluções para problemas estruturais
- Grupo 2 – Formação de rede para articulação com interlocutores externos
- Grupo 3 – Construção coletiva das propostas da classe
- Grupo 4 – Divulgação das propostas

Esses quatro grupos estariam identificando as grandes linhas de ação do Movimento Viva.

MOVIMENTO VIVA										
PESQUISA DE OPINIÃO COM MEMBROS PARTICIPANTES										
PERGUNTA 6 Das atividades promovidas pelo Movimento Viva, quais foram as mais importantes?					PERGUNTA 10 Quais deveriam ser as prioridades para o Movimento Viva para o próximo ano?					
	A	B	C	D		A	B	C	D	
GRUPO 1 - Soluções para problemas estruturais	62,0	16,5	13,5	9,0	GRUPO 1 - Soluções para problemas estruturais	58,8	23,8	6,0	12,0	
1 - apresentação de alternativas às propostas de governo	71	12	18	0	1 - Engajar-se nas discussões sobre a Reforma Tributária e na criação da Agência Nacional, as definições do novo modelo de gestão, do relacionamento com outros fiscos etc.	76	12	12	0	
3 - defesa de uma reforma tributária de qualidade para a tributação do consumo no Brasil	65	18	18	0	2 - Apresentar propostas de melhoria dos atuais ICMS, ITCMD e IPVA	59	18	6	18	
4 - Elaboração de proposta alternativa ao projeto de "Conformidade Tributária"	59	18	6	18	3 - Apresentar proposta de Lei Orgânica da Administração Tributária	59	18	6	18	
5 - promoção de Seminários e participação em iniciativas para discussão, elaboração e aprovação de uma Lei Orgânica da Administração Tributária	53	18	12	18	6 - Elaborar propostas de melhorias da gestão interna dos negócios de administração tributária	41	47	0	12	
GRUPO 2 - Formação de Rede de articulação com interlocutores externos	41,0	33,3	12,0	14,0	GRUPO 2 - Formação de Rede de articulação com interlocutores externos	45,0	27,3	10,0	17,7	
2 - Parceria com atores externos (BID, FGV, Encat, CIAT, Instituto ETCO, FIESP, FECOMERCO, EGESP, CCIF, Sinafresp, Sindifisco, Febrafite, Fenafisco, outros)	65	18	18	0	8 - Expandir as parcerias com agentes externos	35	35	6	24	
10 - Participação em grupos de trabalho nacionais	29	41	6	24	12 - Ampliar a atuação para outros Estados ou fiscos de outros níveis da federação (União e Municípios)	24	35	12	29	
11 - seminários internacionais	29	41	12	18	1 - Engajar-se nas discussões sobre a Reforma Tributária e na criação da Agência Nacional, as definições do novo modelo de gestão, do relacionamento com outros fiscos etc.	76	12	12		
GRUPO 3 - Construção coletiva das propostas da classe	43,0	31,3	14,0	12,0	GRUPO 3 - Construção coletiva das propostas da classe	38,5	35,0	13,3	12,0	
6 - realização de Workshops para tratamento de questões de interesse da classe	53	18	24	6	5 - Ampliar o grupo de colaboradores	47	29	12	12	
9 - Participação em grupos de trabalho nacionais	29	41	6	24	4 - Atuar na formação técnica e política dos AFRs	47	29	6	18	
7 - Realização de Rodadas Regionais com a participação de AFRs de todas as regiões do Estado	47	35	12	6	7 - Buscar maior representatividade dentro da classe	35	47	6	12	
					11 - Fazer alianças com a Administração Tributária para uma atuação conjunta	29	35	29	6	
GRUPO 4 - Divulgação das propostas	27,7	31,3	13,7	27,3	GRUPO 4 - Divulgação das propostas	32,0	35,0	15,0	18,0	
8 - Elaboração e divulgação de artigos técnicos e políticos sobre temas de interesse da classe	41	29	6	24	9 - Promover seminários e outros eventos nos quais a visão da classe possa ser apresentada	35	41	6	18	
12 - Site próprio	24	18	29	29	10 - Investir na divulgação de suas propostas (artigos, "lives", site, redes sociais, jornais, revistas, etc.)	29	29	24	18	
13 - Promoção de "lives" sobre assuntos de interesse da classe	18	47	6	29						

O primeiro aspecto a notar na resposta às perguntas 6 e 10 é que, em ambas, os problemas estruturais têm o maior destaque.

Em relação às atividades promovidas pelo Movimento Viva (**Pergunta 6**), em média, 78,5% dos entrevistados entenderam que as ações desenvolvidas estão na categoria "A" ou "B", ou seja, "muito importante" ou "importante". Isso indica claramente o reconhecimento do Movimento Viva como articulador de propostas estruturais nas quatro frentes em que esse atuou, quais sejam: reforma tributária, melhorias na gestão da administração tributária, melhorias na qualidade dos impostos e estruturação da carreira e da relação entre esta e os contribuintes.

Ainda com relação à **Pergunta 6**, das cinco atividades consideradas mais importantes, quatro estão no Grupo 1 (problemas estruturais), sendo que a outra, no Grupo 2, que trata das parcerias do Movimento com atores externos, contou com 65% de entrevistados que a consideram "muito importante" e 18% que a consideram "importante". Esse percentual expressivo representa o reconhecimento de que quanto mais importantes são os problemas a serem enfrentados, maior a necessidade da formação de uma rede e que os problemas estruturais que dizem respeito à classe e à administração tributária não serão resolvidos sem o concurso de agentes externos. Os participantes do Movimento Viva souberam valorizar os esforços de criação dessa rede, com parcerias em diversas iniciativas que envolveram entidades de suma importância, como BID, CIAT, FGV, ENCAT, CCI, entre muitos outros.

Seis das treze iniciativas apresentadas foram colocadas na categoria de "muito importantes", e em apenas uma a avaliação de "muito importante" ou "importante" somadas é menor que 50%. Trata-se do item "Site próprio", onde esse nível de avaliação foi apontado por 42% dos entrevistados.

Vale destacar que, muito embora as atividades do Grupo 1 sejam aquelas a que se atribui maior importância, nem por isso as demais ficam distantes em importância. As atividades dos Grupos 2 e 3 vêm logo atrás com 74,3% e as do Grupo 4, com 59%. Uma explicação possível para isso é que há uma clara convergência das 13 atividades relacionadas nos Grupos 2, 3 e 4 em torno do núcleo principal de atuação do Movimento Viva, definido pelas atividades do Grupo 1. Assim, a ideia da formação de uma rede de interlocutores externos está, desde o início, presente nas atividades do Movimento. Dessa forma, muito embora um dos núcleos da sua atividade seja a defesa de uma reforma tributária de qualidade, o Movimento em si mesmo em nenhum momento teve a intenção de contar com uma proposta autoral, entendendo que, para se chegar a atingir uma meta com esse grau de complexida-

de, haveria a necessidade de um concerto entre diversos atores sociais, o que somente seria possível através da formação de uma rede desses atores.

A atividade que teve o maior número de escolhas "A" ou "B" foi a que trata da "apresentação de alternativas às propostas de Governo", com 83% das respostas entre "A" e "B". A seguir veio a que trata das parcerias com atores externos (também com 83%, embora com um número menor de escolhas pela opção "A" (65% contra 71% do item anterior). A defesa de uma reforma tributária de qualidade para a tributação do consumo vem a seguir, com 77% de escolhas entre "A" e "B".

A primazia dada à proposta de colocar em primeiro lugar a atividade de "apresentação de alternativas às propostas de Governo" e o fato desta vir à frente daquela que seria a razão de ser primeira do Movimento pode ser explicada por duas circunstâncias. Em primeiro lugar, processo que leva à aprovação de uma proposta de reforma tributária tem uma complexidade que vai muito além do alcance do próprio Movimento Viva, enquanto grupo de articulação de caráter eminentemente técnico. A questão da reforma, à medida que se aproxima das articulações da esfera política, torna-se mais distante e mais difusa. É natural, portanto, que ações de caráter mais imediato atraiam mais o interesse dos participantes do Movimento. O Movimento Viva vem de uma experiência recente, com seu desdobramento em Movimento Viva Urgente, em apresentar propostas de natureza tributária para o enfrentamento da pandemia, que foram apresentadas ao Governo do Estado e à Assembleia Legislativa. Isso talvez explique o primeiro lugar na lista de importância.

Com relação à **Pergunta 10**, identifica-se aproximadamente a mesma distribuição percentual entre os grupos, vindo o Grupo 1, em primeiro lugar, com 82,6% das indicações entre "A" e "B", vindo a seguir, o Grupo 3 (74,5%), o Grupo 2, com 72,3% e o Grupo 4, com 67%.

No Grupo 1, duas atividades foram classificadas como "muito importantes" ou "importantes", ambas com 88% dos votos. São elas: "engajar-se nas discussões sobre a reforma tributária e na criação da Agência Tributária Nacional (ou qualquer outro órgão que venha a ser criado), as definições do novo modelo de gestão, do relacionamento com outros fiscos etc." e "elaborar propostas de melhoria da gestão interna dos negócios da Administração Tributária". No entanto, enquanto a primeira conta com 76% que a consideram "muito importante", na segunda, esse número cai para 41%.

Vale destacar que a indicação dos trabalhos com a reforma tributária em primeiro lugar pode contrastar com o terceiro lugar apontado na **Pergunta 6**. Há aqui um fator da maior

relevância para essa diferença. Enquanto a reforma tributária é colocada em termos genéricos e programáticos na **Pergunta 6**, na **Pergunta 10** a reforma tributária ganha um aspecto de concretude que amplia bastante o seu significado para o público de AFRs e de auditores fiscais de uma forma geral. Aqui, trata-se não apenas da defesa de uma proposta, mas sim de definições fundamentais, tanto para o próprio desenho do modelo de tributação definido, como para seu funcionamento, com todas as implicações decorrentes da implantação de um novo modelo para aqueles que deverão operá-lo. Os AFRs que responderam às questões têm consciência da importância desses temas para o futuro dos fiscos e da própria categoria. A alternativa a isso seria esperar passivamente que as definições mais importantes para o futuro da classe fiscal sejam feitas por outros.

Outros itens de relevo foram: “apresentar propostas de melhorias dos atuais ICMS, ITCMD, e IPVA” e “Apresentar proposta de Lei Orgânica da Administração Tributária”, ambas com 77% de classificações entre “muito importantes” e “importantes”.

Um comentário final que vale ser feito diz respeito ao relacionamento do Movimento Viva com a Administração Tributária. 29% dos entrevistados consideram “muito importante” “fazer alianças com a Administração Tributária”, enquanto outros 35% a consideram “importante”. Por outro lado, como estratégia de atuação (**Pergunta 7**) 88,2% consideram que o Movimento Viva deve priorizar a “independência e autonomia”, enquanto apenas 11,8% entendem que a prioridade deve ser dada às “alianças com a Administração Tributária”. A razão disso pode estar no fato de que os entrevistados entendem que as alianças com a Administração Tributária, embora desejáveis (64%, entre “A” e “B”), não devem se sobrepor à “independência e autonomia” sendo condição indispensável para alianças saudáveis.

Finalmente, vale apontar que, embora com as discordâncias naturais a qualquer grupo, os entrevistados mostraram um elevado grau de convergência e de identidade em torno do Movimento que avaliaram.